Jornal da Cidade
Publicado em 13/10/2022 - 05:52

‘Boom’ da arrecadação pode não se repetir em 2023, revela estudo

‘Boom’ de arrecadação em Bauru pode não se repetir em 2023, alerta estudo

Levantamento da Frente Nacional dos Prefeitos aponta que receita superavitária é decorrente de eventos extraordinários

ANDRÉ FLEURY MORAES

INFLAÇÃO

Apontada como principal responsável pela alta nos cofres municipais

A alta na arrecadação que a Prefeitura de Bauru vivencia nestes últimos dois anos é resultado de eventos extraordinários e pode não se repetir em 2023, mostra estudo encomendado pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que analisou a situação orçamentária dos municípios em todo o território nacional.

De acordo com o documento, o ‘boom’ nas receitas de Bauru, fenômeno registrado em todo o Brasil, foi puxado sobretudo pela escalada da inflação, que chegou a atingir dois dígitos em 2022. A retomada da economia após a estabilização da Covid-19 também impactou, assim como os efeitos da Lei Complementar 173/2020, que vedou contratações e reajustes salariais aos servidores públicos até o final do ano passado, dando fôlego aos cofres municipais.

Apontada como o principal motivo da alta, a inflação amplia a receita a curto prazo, destaca o estudo. O aumento nos preços das mercadorias, afinal, faz com que cresça a arrecadação dos impostos sobre produtos e serviços, cujos valores foram majorados.

Os efeitos da inflação recaem também sobre a desvalorização do real. A alta temporária nos preços dos combustíveis, por exemplo, aumentou substancialmente a arrecadação sobre o Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços (ICMS), principal tributo embutido na gasolina.

Com a aprovação da Emenda Constitucional que fixou um teto para o ICMS, reduzindo a alíquota do tributo em São Paulo de 25% para 18%, a receita sobre o imposto corre o risco de cair no ano que vem – medida que impacta os repasses das chamadas “quotas-partes” dos municípios.

“Os resultados fiscais de 2021, ainda que animadores, devem ser vistos com cautela, e as administrações públicas precisam se preparar para possíveis tempos mais difíceis em 2023”, aponta o documento da FNP.

QUEDA

A quota-parte do ICMS é uma das principais fontes de receita em Bauru. Em 2021, os repasses chegaram a R$ 262.736.995,35 (em valores já corrigidos, segundo o estudo) e corresponderam a 20,2% da receita corrente do município naquele ano. Há o risco de que esta alta não se repita no ano que vem.

Isso porque a PEC que estipulou teto para o ICMS nos estados e reduziu a alíquota em São Paulo em 7% deve reduzir em R$ 124 bilhões a arrecadação do ICMS para 2023, segundo avaliou o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação nos Estados (Comsefaz) em levantamento destacado no estudo da FNP.

Segundo ele, apesar da previsão negativa, o orçamento de Bauru para o ano que vem estima R$ 326 milhões em quota-parte do ICMS ao município.

Outra fonte de receita que deve sofrer impacto é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2021, ele compôs 7,5% do orçamento de Bauru, com R$ 97.116.200,00, e a previsão do governo de Bauru é de que a quota-parte do município aumente para R$ 120.411.900,00 em 2023.

O documento, porém, não crava a continuidade do bom desempenho do fundo no ano que vem. “As significativas baixas aplicadas nas alíquotas do IPI, medida que vem sendo promovida pelo Governo Federal a fim de amenizar os efeitos inflacionários, já estão impactando negativamente o FPM em 2022”, consta no texto.

Getty Images/iStockphoto

Estudo destaca que investimentos são cada vez mais protagonizados pelos municípios em detrimento de Estado e União

FONTES DE RECEITA EM BAURU (2021)

Fonte	Quota-parte	Participação na receita corrente
ICMS	R$ 262.736.995,35	20,2%
IPTU	R$ 161.448.200,00	12,4%
ISS	R$ 147.548.100,00	11,4%
FPM	R$ 97.116.200,00	7,5%
IPVA	R$ 92.743.500,00	7,1%
ITBI	R$ 59.137.000,00	4,6%

Foto: iStockPhoto

TRIBUTOS

A arrecadação de tributos municipais registrou crescimento em 2021. Mas nem tanto entre as cidades de 200 mil a 500 mil habitantes, caso de Bauru, segundo aponta o estudo. Houve 3% de aumento na receita do Imposto Predial e Territorial Urbano em municípios deste tamanho na comparação com 2020 – num crescimento que ainda não supera 2019.

O Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) registrou aumento um pouco maior, mas ainda assim brando: em cidades do porte de Bauru, o crescimento foi de 5,6%. O mesmo não ocorre com o Imposto Sobre Serviços (ISS), cuja arrecadação em 2021 aumentou 11,1% nos municípios de 200 mil a 500 mil habitantes.

O Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis cresceu exponencialmente em 2021, aponta o estudo. Em nível nacional, o aumento foi de 32%; em Bauru, 9,8%. O levantamento, porém, atribui o crescimento ao aquecimento do mercado imobiliário e à maior oferta de financiamentos. A alta da taxa Selic, no entanto, pode impactar a arrecadação do tributo negativamente

DESPESA

Os gastos das prefeituras crescem à medida que a arrecadação aumenta - há dinheiro em caixa, afinal. E os investimentos são cada vez mais protagonizados pelos municípios em detrimento do Governo Federal, ressalta o estudo da FNP. “A fatia dos municípios [nos investimentos] avançou de 35,6% para 44,4% [entre 2015 e 2021]”. Em Bauru, por exemplo, o investimento saltou de R$ 69.729.400,00 em 2017 para R$ 112.235.600,00 em 2021, crescimento que deve permanecer ascendente no ano que vem.

O gasto com pessoal é outra despesa que pode crescer no ano que vem. A começar, segundo o estudo, pelo fim do veto a novas contratações ante a decadência da Lei Complementar 173/2020. Reajustes ao funcionalismo também estão permitidos – e o levantamento da FNP prevê mobilização dos servidores para recuperar a defasagem salarial dos últimos dois anos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.